

Jornal A TRIBUNA, de Santos (SP) - Baixada Santista - pág. A-7
Sexta-Feira, 28 de maio de 2010

Conselheiros cobram apoio do poder público

Integrantes dos Conselhos dos Direitos da Criança reivindicam mais infraestrutura

Representantes dos conselhos tutelares da Baixada e Litoral estão participando de curso de capacitação

As prefeituras precisam deixar de encarar os conselhos tutelares como encargos, e sim, como complemento das ações voltadas para o setor social, no que se refere a garantia de proteção ao menor e ao adolescente.

Essa foi a conclusão dos representantes de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) da Baixada Santista e Litoral Norte que participam do curso de capacitação ministrado pela Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado (Actesp). O curso, prossegue hoje no auditório do campus da Universidade Paulista (Unip), na Vila Mathias.

O objetivo é proporcionar a troca de experiência entre os conselheiros, além de atualizá-los quanto a legislação em vigor no País. Até novembro, 4.230 conselheiros devem ser treinados em todo o Estado.

O baixo índice de ausência no evento mostra que o pessoal está engajado em se preparar para atuar na função.

Presidente da Actesp, Vítor Benez Pegler, explica que a principal carência do setor é a falta de apoio do poder público. "As reclamações são pertinentes. E ocorrem porque os prefeitos, de uma forma geral, não acordaram para a realidade. O conselho tutelar complementa as ações do setor social. Mas sempre é visto como um encargo a mais dentro do orçamento municipal".

Como ponto positivo, Pegler citou o fato de todos os municípios da região já contarem com seus respectivos conselhos montados. "No papel eles existem. Mas, na prática, há muito o que ser feito. Bertioga, por exemplo, não conta com sede para o órgão".

Em Santos, a Prefeitura vem sendo cobrada de forma sistemática para melhorar a estrutura nos três conselhos tutelares existentes (Zona Noroeste, Zona Leste e Centro).

A psicóloga e educadora Mariza Tardelli, que ontem ministrou palestra, sobre o histórico da legislação que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), explicou que a legislação é recente. "São 20 anos. É um tempo curto para se mudar uma cultura instalada há muito mais tempo. É um processo gradativo. Mas já houve avanços significativos".

Na Baixada Santista, por exemplo, foi criada uma rede metropolitana de CMDCA, que vem promovendo uma série de eventos destinados a capacitar os que exercem a função de conselheiro municipal.

"Isso foi extremamente positivo. Em que pese o fato de algumas prefeituras ainda não oferecerem a infraestrutura adequada para esses órgãos", sentenciou a educadora.

Problemas Crônicos

O integrante do CMDCA de Bertioga, Luiz Carlos Bispo, confirma os problemas ocorridos no município. "Temos que agendar o transporte com antecedência se quisermos contar com viatura da Prefeitura, que é sempre cedida de algum outro setor".

Já em Mongaguá, a conselheira Luciana de Andrade Zangirolame disse que o apoio tem sido dado. Ela lembrou, porém, os anos de luta para conquistar essa infraestrutura. "Não foi nada fácil. Mas precisamos levar em consideração o fato de que a lei é relativamente recente".

Em Santos, Edmir Santos Nascimento revela que a situação melhorou em relação ao passado. "Houve uma relativa melhora. Mas ainda há problemas como transporte dos conselheiros tutelares, por exemplo".

'Destinação Criança' ampliará atuação

Primeiro programa do País a promover a arrecadação de recursos para os CMDCA's, em conjunto com a Receita Federal, o Destinação Criança irá ampliar o seu alcance junto aos contribuintes, aproveitando a retomada do crescimento econômico no Brasil e no mundo.

No ano passado, o programa sentiu os efeitos da crise econômica mundial. Entre as chamadas pessoas jurídicas, onde se encaixam grandes empresas contribuintes, houve uma significativa queda na arrecadação em 2009. Em compensação, na pessoa física (contribuinte cidadão) houve um aumento no valor doado ao programa.

Em 2009 foram arrecadados R\$ 2,8 milhões junto às pessoas jurídicas, contra os R\$ 5,1 milhões obtidos em 2008. Já na pessoa física, a campanha conseguiu arrecadar, em 2009, R\$ 358 mil contra os R\$ 296 mil de 2008.

Um dos coordenadores da Rede Metropolitana de CMDCA's da Baixada Santista, Antonio Jorge dos Santos explica que em 2010 a campanha deve ser retomada com força total. "Vamos ampliar o site na internet (www.destinacaocrianca.org.br) visando atingir um número maior de contribuintes, em especial as grandes empresas, que só se retraíram em função da grave crise econômica que o mundo atravessou em 2009".

Apesar da evolução, Santos ressalta que ainda há muito o que avançar. Estudos mostram que 370 mil moradores da Baixada têm condições de participar da campanha, mas apenas 1,7 mil o fizeram (o equivalente a 0,4% do total estimado).

Com a retomada do ritmo de desenvolvimento econômico, ele acredita que as empresas voltarão a se engajar na campanha, que utiliza parte do recurso declarado no Imposto de Renda.



"Estamos confiantes porque o programa tem um forte apelo social e muita credibilidade perante o empresariado. Há de se destacar também o peso da participação da Receita Federal nesse processo", concluiu o coordenador.

Como participar?

No programa Destinação Criança, a pessoa Física que tiver Imposto de Renda a pagar ou a restituir, apurado na declaração de renda anual (modelo completo), poderá, até o último dia bancário de 2010 (30 de dezembro), fazer a doação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) de até 6% (seis por cento) do Imposto de Renda devido, conforme estabelece o parágrafo 1º, item I, do artigo 87 do Regulamento do Imposto de Renda.

A pessoa jurídica com declaração de renda e apuração do imposto com base no lucro real, poderá destinar ao FMDCA até 1% (um por cento) do Imposto de Renda devido, conforme Decreto Federal nº 794 de 05/04/1993.